

## INTELECTUAIS ENGAJADOS EM MOVIMENTOS POPULARES NOS ANOS 1970/80: o papel desempenhado pela antropologia<sup>1</sup>

---

Marco Antonio Perruso  
*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

Nas décadas de 1970 e 1980, boa parte do campo intelectual e das ciências sociais nacionais debruçou-se sobre nossos atores sociais de extração popular, objetivando compreender os significados e a importância de suas ações coletivas – notadamente o movimento sindical e os diversos movimentos sociais. Tal compreensão era majoritariamente acompanhada de um engajamento nesses movimentos. Que engajamento? O apoio político puro e simples, a assessoria prestada na forma de “educação popular”, de “formação política” e outras (que exigiam um conhecimento antropológico e sociológico especializado a respeito da cultura, da política etc.) e tipos de pesquisa engajada: pesquisa participante, pesquisa-ação, por exemplo. Esse novo padrão de reflexão engajada, que trazia uma influência significativa de certas linhagens da antropologia, confrontava tradições anteriores do pensamento social brasileiro. Vejamos sucintamente que tradições eram essas.

O positivismo se adequou às tradições autoritária e populista na América Latina, que eram reformistas e progressistas, contrárias ao imobilismo da ordem social liberal-oligárquica pré-30 – no caso brasileiro. Santos (1980), analisando a trajetória da ciência política no Brasil, aponta que o positivismo ressaltou o teorismo e o esquematismo da reflexão política - e social, acrescento. A par de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Constitui-se em pequena parte do livro de minha autoria (PERRUSO, 2009), oriundo da tese de doutorado de mesmo nome defendida em 2008 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

alguma influência weberiana nos meios universitários brasileiros, por volta da metade do século XX, o marxismo sucedeu esse positivismo como matriz mais destacada do pensamento político. Nele também predominou a reflexão teórica e esquemática, fundada centralmente na dimensão econômica e privilegiadora dos debates conceituais em detrimento da pesquisa, razão pela qual “o trabalho pedestre, modesto e cansativo da pesquisa paciente e bem cuidada [é] deixado aos ‘empiristas’ e ‘funcionalistas’” (Santos, 1980, p. 18). Os trabalhos empíricos de influência marxista se concentravam então nos fundamentos econômicos da política e do social, mas a atividade intelectual que imperava no campo da política chegava por vezes a constituir uma “variante escolástica do marxismo caracterizada [...] pelo onanismo conceitual, pela obsessão definicional, pelo fanatismo do dogma” (Santos, 1980, p. 25). Embora Santos concentre seu diagnóstico na ciência política, em parte suas conclusões são aplicáveis às ciências sociais em geral. Em menor grau, à antropologia.

Neste sentido, o pensamento social brasileiro dominante até a década de 1960 concebia os atores sociais nacionais quase sempre de modo muito amplo e pouco esmiuçado empiricamente. Como os intelectuais de então operavam com arsenais conceituais mais estruturais ou rígidos – o marxista ou o pragmático-utilitarista –, percebiam os trabalhadores antes determinados pelos processos econômico-produtivos do que como sujeitos de suas ações coletivas. Isto só se alteraria com o ressurgimento mais claro dos movimentos populares e do movimento sindical no final dos anos 70, quando a renovação da preocupação sociológica com a sociedade brasileira centra-se na auto-organização das classes populares, como aponta, entre outros, Sorj (2001, p. 71). Tal mudança já fora iniciada com diversos estudos e pesquisas, como, por exemplo, os desenvolvidos ainda nos anos 1960 na USP – no CESIT, Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, dirigido por Florestan Fernandes, entre outros – e no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) já nos anos 1970.

Os “novos estudiosos” dos movimentos sociais que passam a atuar principalmente a partir dos anos 1970 vão se contrapor a essa tradição de pensamento anterior, desenvolvendo e propugnando o que chamo de “legitimidade teórica e analítica” das experiências populares. E com isso não só renovarão a cultura política da esquerda e da sociedade brasileira como também transformarão, talvez mais modestamente, o *status* dos intelectuais nacionais. Pois estes agora, em parte por vontade própria, elegerão aqueles que consideram os verdadeiros motores da democratização do país: os trabalhadores e seus movimentos. Não mais o Estado populista (apoiado pelo PCB) como no pré-64. Mas também não uma institucionalidade liberal-democrática propugnada, em parte, via CEBRAP, por Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e

outros intelectuais emergentes na cena pública no mesmo período – estratégia corroborada por comentadores posteriores como Lahuerta (2001), Pécaut (1989) e o próprio Sorj. Institucionalidade essa que implicava na preeminência de intelectuais “estrategistas” da arena política, que conservam sua força demiúrgica. Em direção contrária, os intelectuais estudiosos dos movimentos sociais vão valorizar a diversidade oriunda das experiências “de baixo”, advogando uma “compreensão densa” da sociedade brasileira a partir dos movimentos populares.

Sader e Paoli (1986) identificavam tais novidades na produção do pensamento social brasileiro sobre os setores populares. Eles tomavam inicialmente “como referência textos muito distintos”, especialmente a partir dos anos-chave 1964 e 1968, relativos àquilo “que estamos chamando de ‘empreendimento coletivo’, de produção de um novo imaginário”. Assim, afirmavam que “intelectuais e atores atribuem novos significados a práticas sociais antes obscurecidas pela lógica institucional. O cotidiano, antes opaco espaço de repetição, passa a ser visto como lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela” (Sader; Paoli, 1986, pp. 52-53). Esse movimento do pensamento e da ciência social brasileira prosseguirá pelos anos 1970 e 1980, divergindo dos padrões populistas e marxistas ortodoxos de análise.

Esse rompimento analítico relativo aos setores populares possui algumas fontes cognitivas. Destaco as seguintes: a primeira é constituída dos trabalhos de Weffort a partir de 1971 com seus *Participação Social e Conflito Industrial: Contagem e Osasco e Sindicatos e Política*, analisando a ação criativa dos atores sociais, a conformar a sociedade, e não o contrário. E que se desdobrou nos trabalhos de José Álvaro Moisés sobre movimentos sociais: *Classes Populares e Protesto Urbano*, de 1979, e – com Verena Martinez-Allier – *A Revolta dos Suburbanos ou ‘patrão, o trem atrasou’*, de 1978. A segunda fonte cognitiva vem da antropologia e sua busca pelo lugar simbólico onde os setores populares, em seu cotidiano, concebem a relação e o conflito em torno do trabalho. Bom exemplo é José Sérgio Leite Lopes e seu *Vapor do Diabo*, de 1976. A última fonte é trazida por historiadores influenciados por Marilena Chauí: Carlos Alberto Vesentini e Edgar De Decca em 1976, De Decca em 1981, Kazumi Munakata em 1980/81 e Michael Hall em 1984 (Sader; Paoli, 1986, pp. 53-55). Interessante notar que dessas vertentes, a primeira, representada inicialmente por Weffort e Moisés, localizava-se na USP. A segunda, de viés antropológico, José Sérgio Leite Lopes à frente, é oriunda do Museu Nacional (UFRJ). E a terceira, de historiadores, se concentrou na UNICAMP.

Um movimento intelectual próximo ao descrito por Sader e Paoli para as ciências sociais como um todo ocorria quase simultaneamente na antropologia brasileira, como analisa Velho (1980). Ela passava a ser antropologia social em oposição à cultural. Essa antropologia social era de inspiração britânica, francesa

e depois estadunidense, inclusive pelo fato de alguns antropólogos brasileiros estarem estudando no exterior, no período. E também mais próxima da política. Além disso, havia uma aproximação de antropólogos com sociólogos marxistas uspianos desde os anos 1950. Ela colocava a “afirmação modernizadora da pesquisa contra a tendência à opinião descompromissada de qualquer relação com o empírico” (Velho, 1980, p. 82) – sempre o ajuste de contas com a cultura político-intelectual populista e nacional-desenvolvimentista, tão bem representada pelo “ensaísmo” isebiano, e da qual o PCB, em alguma medida, era tributário. E como a antropologia se construiu no século XX combatendo o evolucionismo em nome da observação direta e participante e das próprias representações dos sujeitos investigados, meio caminho estava percorrido. Além disso, seu objeto nunca fora o Estado, partidos ou ideologias, mas sim a cultura dos “subalternizados” em geral. Por isso, persistia em sua crítica ao etnocentrismo, só que agora politicamente: “insurge-se a ‘consciência antropológica’, que resolve, então manter-se ‘marginal aos próprios grupos e ‘campos’” (Velho, 1980, p. 82), buscando

uma identificação não com o “campo intelectual”, o “mundo acadêmico”, a “comunidade científica” ou mesmo os partidos políticos (para este feito identificados), mas com os próprios grupos sociais subalternos. Inverte-se, por fim, a relação, quando o próprio “campo intelectual” se transforma em objeto de estudo diante do qual se mantém, aqui e só aqui, a clássica atitude antropológica do “estranhamento”, o antropólogo, porém, no caso colocando-se como que na posição de representante dos próprios subalternos a observar os seus eventuais observadores (Velho, 1980, p.86).

Aqui fica claro que a antropologia estava bem distante da institucionalidade do poder e das injunções do mercado, além de apontar para um *status* próximo aos “de baixo”. Ela se identificava, de alguma forma, com a Academia, onde residia, ao contrário do que afirma Velho. Mas como ia a “campo”, se aproximava em grande medida dos setores subalternizados de nossa sociedade. Essa antropologia renovadora insistia, ainda, “no respeito à diversidade e no contato direto com os grupos estudados”, na “importância das representações”, na “desconfiança nas classificações nominalistas e mecânicas dos diversos domínios sociais”. Por fim, voltando até a dimensão da sociedade civil, acusava alguns marxismos de procurarem ideologias anti-burguesas nos setores populares a partir de modelos homogeneizantes que veem apenas “ações definidas estritamente como políticas pelo próprio Estado que está sendo questionado”. Os antropólogos então valorizavam o “espontaneísmo” de seus sujeitos investigados, o que às vezes chegava a resultar “na exaltação da consciência dos grupos subalternos”. A

postura intelectual correspondente a essas formulações possuía pretensões de “mediar” ou “dar a palavra” aos grupos subalternos (Velho, 1980, p. 87-88).

Como se vê, a crítica à institucionalidade estatal, à qual são pouco receptivos Lahuerta, Pécaut e Sorj em suas obras antes citadas, aparecia vigorosamente também no campo da antropologia. Além disso, a valorização da perspectiva e das expressões/representações dos grupos sociais subalternos reforça novamente a hipótese aqui colocada de que um dos eixos centrais da renovação das ciências sociais brasileiras nos anos 1970 era a abordagem empírica e fenomenológica dos trabalhadores. Isso estava conjugado ao fato de o tradicional peso da pesquisa etnográfica na antropologia fazer dessa disciplina a menos afeita ao “império” de teorias de cunho estrutural, se comparada às suas co-irmãs sociologia ou ciência política. A par da importância do estruturalismo de Lévi-Strauss na época, e da existência de uma ambígua antropologia “populista” de influência althusseriana, no dizer de Velho (1980, p. 82 e 88, respectivamente), ocorria que

a antropologia, cujos temas se deslocaram progressivamente de preocupações indigenistas para questões rurais e urbanas, conseguiu manter a sensibilidade pelas expressões fenomenológicas do cotidiano e pelas dimensões culturais da vida social, num clima dominado pela análise de processos e forças estruturais e uma sociologia que não conseguia se dissociar da economia política (Sorj, 2001, p. 71).

Otávio Velho ressalta que um dos panos de fundo desse movimento histórico da antropologia brasileira consistiu no fato de a ditadura militar ter reprimido mais sociólogos – aparentemente mais politizados – que antropólogos, o que ajudou a preservar o desenvolvimento da disciplina (Velho, 1980, p. 82). Mas a caminhada da antropologia rumo ao mundo urbano e rural dos trabalhadores, numa sociedade brasileira cada vez mais capitalista, aceleraria a ida da disciplina aos movimentos sociais e à politização e radicalização de esquerda.

Em outras palavras, os cientistas sociais, de um modo geral, estavam “descobrimo” fundamentações sociais mais profundas e rigorosas para fenômenos políticos não-institucionais. O “político” estava por demais vinculado ao institucional, aos partidos, ao poder, exercido até então pelos populistas, depois truncado violentamente pelos militares. Assim, muitos cientistas políticos como José Ricardo Ramalho (do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ) e José Álvaro Moisés (da USP), entre outros, dialogavam constantemente com a sociologia e a antropologia. Da mesma maneira, vários intelectuais egressos da militância de esquerda contra a ditadura encontravam-se com a antropologia. Por exemplo, Jorge Eduardo Saavedra Durão, que viria a ser coordenador nacional

da ONG FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) em 1984. Vejamos seu depoimento a respeito de sua entrada na FASE:

É curioso, porque eu me encontrava em uma espécie de processo de recesso político. A coisa mais próxima do que me interessava, encontrei na perspectiva da minha pesquisa com antropologia social. Havia estudos sobre os trabalhadores rurais, pesquisas sobre a formação da classe operária no Brasil, outros temas de interesse social. Foi então que me convidaram para trabalhar numa pesquisa que a FASE estava começando a realizar (Scherer-Warren & Rossiaud, 2000, p. 213).

Vários intelectuais e militantes da “geração 68” estavam interessados em se aproximar dos trabalhadores e de seus movimentos autônomos por meio de estudos empíricos e de assessorias efetivas, e não em se aprofundar em contendas teóricas internas da esquerda ou do marxismo. Havia uma busca intelectual nessa “ida ao povo”, tão característica de jovens universitários da “geração 68”. Mais do que uma filiação ideológica ou teórica ao marxismo, que existia de modo disseminado no período, esses “novos” intelectuais, críticos dos legados populista e pecebista e do marxismo ortodoxo, demonstravam uma empatia de cunho romântico em relação ao mundo dos trabalhadores e setores populares em geral. Uma vontade, tantas vezes colocada em prática, de interagir – e se identificar – com o campo popular que se articulava a partir dos diversos movimentos sociais. Tal prática intelectual “nova” enfatizava as experiências dos setores “de baixo” de nossa sociedade, por meio de uma percepção “densa” da faceta empírica e fenomenológica das movimentações populares. Isso só era possível a partir de um reconhecimento radical, por parte do campo intelectual “novo” que se forjava, da legitimidade teórica e analítica das experiências populares.

Um dos primeiros projetos da FASE que contou com “gente saída dos mestrados universitários, iniciando uma carreira de professores acadêmicos e sem ligação alguma com a Igreja” foi o relativo à pesquisa e assessoria em áreas rurais, em meados dos anos 1970, da qual participou Leilah Landim Assumpção no início de sua trajetória na FASE. Ela foi chamada para esse trabalho no contexto de um ambiente intelectual de antropólogos ligados ao Museu Nacional da UFRJ e especializados em sociedades camponesas – Assumpção estava terminando o mestrado orientada por Moacir Palmeira:

Eu fui a primeira a ser convidada para esse trabalho que identificava, para mim, um novo tipo de função: a de “professor” ou “intelectual” não “por aí”, mas “a serviço”. (...) [O trabalho] representava, ao mesmo tempo, a possibilidade de continuar pesquisas em áreas rurais, acrescentando-se a

vantagem de me religar ao mundo da militância política a que me dedicara no bojo do movimento estudantil de finais dos anos dos anos 60, com uma curta continuidade através da passagem por organizações da esquerda clandestina (caminhos que fazem parte dos percorridos por uma chamada, pelo senso comum, “geração 68”) – militância abandonada desde os inícios da década seguinte, por força de uma conjuntura nacional de crescente repressão política, Parecia-me que era por caminhos como os vislumbrados nos trabalhos da FASE que as coisas mais interessantes aconteciam, no país. Minhas energias foram postas mais na FASE do que na PUC, por motivos a serem analisados. Esses eram os tempos em que se cunhou o apelido de “Jardim dos Finzi-Contini” para o PPGAS, o que mostra a disposição de engajamento com que um grupo procurava se distinguir dentro da academia, ou imaginar outras posições fora de lá (Assumpção, 1993, p. 106-107) <sup>2</sup>.

Além dessa descrição ricamente impressionista de parte do ambiente intelectual da época, Assumpção traz à tona elementos específicos às ciências sociais, notadamente à antropologia, relacionados a essa aproximação entre campo intelectual e campo popular:

Pode-se pensar em alguns fatores que propiciaram, à época, uma espécie de adequação entre o enfoque e a prática da Antropologia Social, no Brasil, e determinados espaços de trabalho existentes nos “Centros de Educação Popular”. A crescente valorização dos métodos qualitativos de pesquisa, seguida pela valorização da Antropologia como disciplina, no decorrer das décadas de 60 a 80, ligam-se freqüentemente a questões cuja justificativa é política. Ganha aos poucos espaço na Academia, em determinadas instituições, a “pesquisa engajada” (...). No caso da “educação popular”, uma de suas práticas centrais é a “pesquisa participante”, necessariamente engajada... (Assumpção, 1993, p. 107).

A antropologia contribuía para com um trabalho intelectual engajado tendo em vista características historicamente particulares suas – valorização do trabalho de campo, do contato empírico com o sujeito investigado, de métodos qualitativos que permitiam a empatia com esse sujeito. E tudo isto se adequava com relativa facilidade a critérios que não eram acadêmicos, mas políticos. Critérios fundados em valores oriundos do – ou imputados ao – campo popular: “o intelectual vindo da Academia deveria passar por toda uma ‘reciclagem’, uma socialização em que estava em jogo uma espécie de *mea culpa* por suas origens em que o ‘elitismo’ rondava por perto” (Assumpção, 1993, p. 109).

---

<sup>2</sup>“O Jardim dos Finzi-Contini” é um romance de Giorgio Bassani sobre uma rica família italiana.

Dessa maneira, a meio caminho entre o campo acadêmico e o campo popular, organizações como a FASE alteraram decididamente o que tradicionalmente significava um engajamento intelectual junto à esquerda e aos movimentos sociais no Brasil. Com isso, contribuíram para a construção de uma “nova” intelectualidade: crítica de doutrinas, de formas de ação política e de instituições típicas da esquerda, sempre em nome da autenticidade e da diversidade fenomenológica dos setores populares e de seus movimentos.

Outro *lôcus* de atividade intelectual influenciado por essa antropologia engajada era o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Veja-se o misto de artigo e entrevista realizado por Regina Novaes sobre uma liderança de trabalhadores rurais que tinha sido recentemente assassinada, publicado em 1983 na revista *Tempo e Presença*, do CEDI:

Conheci Margarida Maria Alves, presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, há cerca de seis anos atrás. Nossos contatos eram freqüentes, pois, junto com outros colegas, professores e alunos, na Universidade Federal da Paraíba – Campus Campina Grande -, fazíamos assessoria a vários sindicatos da região. Alagoa Grande foi nosso ponto de partida, foi ali junto com Margarida que conseguimos concretizar nossas idéias vagas e descobrir como poderíamos “colaborar com o movimento”, como gostava ela de dizer. Teríamos, portanto, muito que lembrar e refletir sobre o que observamos, conversamos e aprendemos das palavras e das atitudes de Margarida. Teríamos, por outro lado, muitos motivos, de ordem afetiva e política, para lamentar seu cruel assassinato na tarde de 12 de agosto, quando pistoleiros não identificados dispararam vários tiros de espingarda calibre 12 que a desfiguraram. Porém, nesta oportunidade, prefiro apenas deixar Margarida falar. Reproduzir aqui trechos de uma gravação que fizemos em fevereiro este ano, não é apenas uma forma de lhe prestar uma homenagem póstuma, mas é antes uma possibilidade de propagar idéias e experiências que os mandantes do crime parem acreditar que tenham morrido junto com Margarida. A linguagem é dela, os subtítulos e as perguntas não (Novaes, 1983, p. 12)<sup>3</sup>.

Neste belo trecho é possível visualizar não só a experiência conjunta de intelectuais e trabalhadores por meio do instrumento da assessoria, bem como o envolvimento existencial e afetivo ensejado por tal tipo de prática engajada, mas,

---

<sup>3</sup> A autora era assim identificada ao final do artigo: “Regina R. Novaes é professora da Universidade Federal da Paraíba e participa da assessoria sindical da UFPB”. Regina Novaes pouco tempo depois seria professora de Antropologia no Curso de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ.



principalmente, a importância que os intelectuais da época, do CEDI, da FASE e de outros organismos, conferiam à explicitação das falas, atitudes, formulações e experiências próprias dos trabalhadores. A “fala” de Margarida – simbolizando a luta dos setores populares – deveria ultrapassar as barreiras do conservadorismo e elitismo típicos da sociedade brasileira, bem como as dos teorismos marxistas até então predominantes em nossa esquerda, deixando de ser personagem subalterno e passando a ser o protagonista maior da cena política e social. E o campo intelectual brasileiro conseguia fazer isso, recuando de seu tradicional intelectualismo desligado de contatos com o “povo”, se rendendo a uma perspectiva empírica e fenomenológica na qual o campo popular adquiria maior legitimidade teórica e analítica. E para tudo isso muito contribuía a antropologia produzida no período.

Os cursos de antropologia nos anos 1970 surgiam como opção de uma carreira acadêmica para muitos intelectuais engajados politicamente junto aos trabalhadores, como era o caso, por exemplo, do já citado José Sérgio Leite Lopes, do Museu Nacional da UFRJ:

(...) aí tinha sido aberto esse mestrado de antropologia social aqui no Museu, conhecia o Roberto Cardoso [de Oliveira, importante antropólogo brasileiro] – e me indicou, assim como o Afrânio Garcia, que era colega meu e que tinha tido um percurso semelhante, também tinha feito Colégio de Aplicação, fizemos um percurso semelhante, ele foi pra França também, nós acabamos fazendo esses dois anos lá e voltamos. (...) era, assim, uma opção mais remota pra mim, porque eu acho que iria pra sociologia, tava interessado nos problemas sociais, nos conflitos sociais. Eu sabia que tinha estudos sobre sociedades camponesas, sobre, enfim, sociedades tradicionais, etc. Então aquilo parecia ser uma coisa interessante. O próprio enfoque da antropologia, de fazer pesquisa prolongada e tal, isso vinha de encontro com uma coisa difusa que se via, de conhecer – né? – o povo brasileiro, as suas diferentes manifestações, sua diversidade, etc., que era mal conhecido. Então, antropologia social poderia dar instrumentos nessa direção, né? Além disso, eu conhecia pessoas que já estavam aqui. Por exemplo, Gilberto Velho, que foi colega do Colégio de Aplicação. Já estava aqui no Museu, então dava informações sobre o curso, falava bem, etc. E, também, o Moacir Palmeira [importante antropólogo e professor do Museu Nacional], que eu tinha encontrado na França<sup>4</sup>.

A obra do historiador E. P. Thompson – caracterizada inclusive por seu

---

<sup>4</sup> Entrevista por mim realizada com José Sérgio Leite Lopes, em 12/12/2006, no Rio de Janeiro.

diálogo com a antropologia –, e que era lida no Brasil muito mais via meio universitário do que por meio da militância política, também foi influente para estudiosos do sindicalismo que iniciavam carreira no IFCS/UFRJ, o caso de José Ricardo Ramalho, que relata e analisa:

Eu faço parte de uma geração que teve uma influência muito forte do E.P. Thompson (...) foi um trabalho de sociologia que atribuía à história uma importância muito grande. Todo trabalho de levantamento de fontes históricas, todo esse trabalho foi realizado muito fortemente. Outra coisa foi a influência da antropologia, principalmente com relação à questão de método qualitativo. Então, trabalho todo baseado em histórias de vida. Todas as entrevistas foram dentro desse sentido, né? Era uma combinação de depoimentos, histórias de vida, com outras fontes documentais. Mas eu não posso deixar de reconhecer também a importância (...) enfim, um pouco da antropologia, sociologia paulista, a minha orientadora Ruth Cardoso foi muito importante pra mim nesse processo porque ela tinha uma abertura muito grande para novos temas e ela me incentivou muito, o trabalho nessa linha mesmo de investigação, assim, trabalho mais qualitativo, ela é uma especialista em métodos qualitativos e tal, então foi muito importante minha discussão com ela. Depois disso, quer dizer, nesse processo também que passa pelo CEDI, eu tive contato com pesquisadores que também fizeram um trabalho de tese de doutorado sobre essa temática, né? Então, o contato com a Elina Pessanha, com a Regina Morel, com a Heloísa Martins, foram contatos importantes, foram interlocuções importantes, influências de certa forma no trabalho que eu realizava nesse período. (...) Tem que lembrar também a [historiadora] Ângela Castro Gomes, Michael Hall [da UNICAMP] também foi importante nesse tipo de pesquisa <sup>5</sup>.

Os “novos” intelectuais partiam do campo acadêmico – mesmo que vários ainda jovens e com carreiras universitárias a construir – para se aproximarem do campo dos movimentos populares, ou intensificarem uma aproximação já existente em termos políticos. Eles também convertiam seus *habitus* acadêmicos, por vezes ainda em formação. A investigação crítica do movimento sindical e dos movimentos sociais urbanos era acompanhada por – ou re-transformada em – sínteses politizadas ou esclarecimentos ideológicos relativos aos desafios, virtudes e problemas envolvidos na consolidação de movimentos autônomos, radicais, combativos, anti-institucionais etc. Isto é, faziam conversões que os auxiliassem a atuar no campo dos movimentos populares, dialogar com ativistas e militantes, assessorar suas entidades, estruturar meios de formação política e educação

---

<sup>5</sup> Entrevista por mim realizada com José Ricardo Ramalho, em novembro de 2006, no Rio de Janeiro.

popular, etc. Quando retornavam às suas atividades acadêmicas, voltavam também a acionar *habitus* acadêmicos.

Mas aqui temos um ponto crucial. As tarefas acadêmicas passavam a estar intimamente relacionadas com a atuação engajada, de modo co-dependente por vezes. Pesquisa e assessoria caminhavam juntas no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, importante dissidência do CEBRAP) e no CEDI, por exemplo. Seus *habitus* acadêmicos, enquanto componentes de um *habitus* intelectual mais amplo, estavam se alterando. Esses “novos” intelectuais ligados ao campo popular, mais ainda do que os intelectuais de estirpe cebrapiana, já vinham imprimindo mudanças no campo acadêmico e no campo intelectual brasileiro centrado nas ciências sociais e humanas.

Existam questões internas ao campo acadêmico e ao campo intelectual que impulsionavam esses “novos” intelectuais a perfazerem um ajuste de contas com os intelectuais isebianos e marxistas ortodoxos predominantes no pré-64. Essas questões internas eram referidas também às mudanças por que passava a esquerda no mundo todo, esquerda da qual essas gerações intelectuais faziam parte. Mas a relação entre esses “novos” intelectuais acadêmicos com o campo dos movimentos populares iria contribuir, de maneira especial, para mudar os *habitus* dominantes no campo intelectual durante as décadas de 70 e 80 do século XX. O *habitus* acadêmico típico passaria a incluir uma faceta de engajamento. Engajamento não num mundo mais elitizado e burocratizado como o que envolvia o campo político-institucional, no qual se inseriram, em parte, intelectuais do CEBRAP. Mas no mundo da vivência das lutas e movimentos de setores subalternizados de nossa sociedade, com todas as suas agruras e problemas não previstos por aportes teóricos reducionistas ou teleológicos.

Nesse contexto se inseria o uso de metodologias qualitativas, por vezes de origem antropológica, como a pesquisa participante, a pesquisa-ação, etc. Os “novos” intelectuais do CEDEC, CEDI, FASE e outros organismos trariam para o campo intelectual e o campo acadêmico um *habitus* menos teoricista e mais aberto a outras experiências, advindas dos setores populares, que eram então recebidas como um influxo de frescor e novidade, estimulante do ponto de vista empírico e fenomenológico. E esse processo alteraria expressivamente tanto o campo acadêmico quanto o campo intelectual naqueles anos. Os “novos” intelectuais, gradativamente, se repensavam em suas práticas e modos de atuação. E essa trajetória, inclusive por suas implicações políticas, surpreenderia os adeptos de uma estratégia cebrapiana de atuação político-intelectual, como Fernando Henrique Cardoso, o PCB e outros atores da cena pública da época, que privilegiavam a participação nas instituições de um Estado que se redemocratizava.

O reconhecimento da “legitimidade teórica e analítica” das experiências

populares por parte dos “novos” intelectuais, portanto, caminhava junto com o engajamento. O engajamento no campo popular, entre outros fatores, impulsionou as carreiras universitárias dos “novos” intelectuais e realçou suas posições no campo acadêmico. Havia sempre uma certa tensão, bem como elementos contraditórios, na trajetória individual de cada intelectual que conjugasse carreira acadêmica e engajamento militante. Mas os “novos” intelectuais, ligados ao “novo sindicalismo” e aos “novos” movimentos sociais urbanos, eram tão ligados ao ambiente universitário quanto quaisquer outros colegas seus de geração.

Esse era um dilema que todos os “novos” intelectuais enfrentavam: o engajamento deles não era ingênuo. Pelo contrário, era cheio de nuances. Tinham que se engajar junto aos setores populares em movimento sem com eles se confundir. Para tanto, tinham que operar sempre uma separação prévia. Tratava-se de uma relação entre mundos diferentes, o intelectual e o popular. Campos diferentes. Se o pressuposto do engajamento era uma auto-identificação intelectual rigorosa e crítica, que demandava uma explicitação da condição da produção intelectual (Bourdieu, 1990), os “novos” intelectuais necessariamente precisavam ter em conta o espaço social onde estavam. Quase sempre as universidades, por vezes o futuro Terceiro Setor composto pelas ONGs. Mas eles não tinham muito tempo e condições para refletir propriamente sobre isso. Eles estavam primeiro vivenciando esses processos, que necessitavam de maturação histórica para serem melhor compreendidos.

Tais “novos” intelectuais ajudaram a tornar permanentemente viável a perspectiva da mudança social, na medida em que suas experiências “abertas” de engajamento junto ao “popular” podem quase sempre serem retomadas ou, mais importante ainda, servirem como uma diversificada e indeterminada fonte de inspiração e experimentação. Inspiração e experimentação na perspectiva da construção, “de baixo para cima”, de alternativas societárias que se oponham radicalmente a tendências contemporâneas que crescentemente se impõem no planeta, semeando exploração, exclusão, autoritarismo, pragmatismo, etnocentrismo, desencantamento. Alternativas capazes de, por meio da transformação social, ensejar outros mundos possíveis.

## Referências

- ASSUMPÇÃO, Leilah Landim. **A invenção das ONGs**: do Serviço Invisível à Profissão sem Nome. 1993. 410f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. **Cadernos AEL**, nº 14/15, 2001. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar>>. Acesso em: 25 out. 2010.
- NOVAES, Regina Reyes. Fala, Margarida! **Tempo e Presença**, nº 186, set./1983.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o Povo e a Nação. 1ed. São Paulo: Ática, 1989.
- PERRUSO, Marco Antonio. **Em busca do “novo”**: Intelectuais Brasileiros e Movimentos Populares nos anos 1970/80. 1ed. São Paulo: Annablume, 2009.
- SADER, Eder & PAOLI, Maria Celia. Sobre “Classes Populares” no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes). In: CARDOSO, Ruth Correia Leite (org.). **A aventura antropológica**: Teoria e Pesquisa. 1ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ciência Política na América Latina (notas preliminares de autocrítica). **Dados**. vol. 23, nº 1, 1980.
- SCHERER-WARREN, Ilse & ROSSIAUD, Jean. **A democratização inacabável**: as memórias do futuro. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: da Resistência à Ditadura ao Governo FHC. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- VELHO, Otávio Guilherme. Antropologia para sueco ver. **Dados**. vol. 23, nº 1, 1980.

## INTELECTUAIS ENGAJADOS EM MOVIMENTOS POPULARES NOS ANOS 1970/80: O papel desempenhado pela antropologia

### Resumo

Durante os anos 1970/80 uma parcela significativa do campo intelectual brasileiro, composta por cientistas sociais e historiadores vinculados política e ideologicamente à esquerda, voltou-se privilegiadamente para a investigação dos movimentos populares. Muitos deles chegaram a trabalhar com assessorias a tais movimentos. O engajamento dessa parte do campo intelectual brasileiro junto ao campo popular se deu, em boa medida, com o auxílio da antropologia da época. Eram desenvolvidas pesquisas de teor antropológico, bem como estabeleciam-se diversos tipos de parceria, sempre junto a movimentos de setores subalternizados da sociedade brasileira. Tais intelectuais engajados buscavam compreender as experiências próprias de trabalhadores e demais setores populares, inovando na apreensão empírica e fenomenológica dos movimentos sociais.

**Palavras-chave**: Pensamento Social Brasileiro, Intelectuais, Engajamento

---

**INTELLECTUALS COMMITTED TO SOCIAL MOVEMENTS:  
The role of anthropology**

**Abstract**

During the 1970's and 1980's an important part of the Brazilian intellectual field, composed by social scientists and historians, politically and ideologically linked to the left wing, had made popular movements a relevant object of research. Many of them had also worked as consultants/assessors for these movements. The connection of this part of Brazilian intellectual field with the popular struggles was done, in a great extent, with the help of anthropology. Anthropological research was developed, while diverse types of partnerships were established, always linked to popular movements. Such committed intellectuals researched to understand the experiences of workers and other popular sectors, innovating in the empirical approach of social movements.

**Keywords:** Brazilian Social Thought, Intellectuals, Political Commitment